

Desindexação

Ao anunciar ontem que a Taxa Referencial de Juros, a famosa TR, continua em vigor e que a Unidade Fiscal de Referência, também famosa como Ufir, passará a ser divulgada semestralmente, o Governo FHC demonstra compreensível e bem fundada preocupação de que a desindexação da economia, a partir de 1º de julho, seja gradual e não signifique sinalização para uma taxa de inflação.

Ao terminar a sua quarta reunião ministerial este ano, na Granja do Torto, o Presidente da República, por meio de seu porta-voz, anunciou medidas de desindexação que, bem examinadas, mostram que continua em vigor o objetivo número 1 do Plano Real, baixado há um ano com a assinatura do então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso: baixar a inflação e impedir que ela voltasse.

Esse tem sido um compromisso quase sagrado do Plano Real, neste primeiro ano de existência. Escaldados pelos exemplos do Plano Cruzado e de outras iniciativas do passado, que começaram bem e acabaram mal, os governos Itamar Franco e FHC tomaram como questão de honra impedir que o Plano Real tomasse o mesmo caminho, o da euforia seguida de ressaca.

Isto não quer dizer que a economia seguirá indexada. O Governo, por meio de seu porta-voz, anunciou ontem que os salários

serão os primeiros a serem desindexados. A partir de 1º de julho perderão a proteção contratual de qualquer tipo de índice, inclusive nas negociações livres entre patrões e empregados.

É importante o recado que o Presidente deu à sua equipe econômica, no encontro de ontem, a respeito da necessidade de baixar os juros. Não se trata, é claro, de dar apoio à anedótica iniciativa legislativa de tabelar juros em 12% ao ano, mas, sim, de reduzir o peso da TR na composição da taxa de juros, por exemplo. Outras medidas podem se seguir, conforme o chefe do Governo pediu à sua equipe econômica.

Outra destacada conclusão da reunião ministerial do Torto é a firme determinação presidencial para que a ação combinada de reformas constitucionais, desindexação e queda de juros venha a proporcionar ao País uma retomada em bases firmes e estáveis do desenvolvimento econômico. Para isso, disse o Presidente, continua sendo fundamental o controle dos gastos públicos dentro de um Orçamento realista. Isto significa, principalmente, o fim de obras que políticos levianos tanto adoram, exceto na hora de se cobrar a conta. Ao completar seu primeiro ano de existência, um ano vitorioso, o Plano Real recebe do Governo FHC a garantia de sua continuidade, sem esmorecimento e nem falta de rumos.